

Colégio terá normas definidas na quarta-feira

Tancredistas e malufistas antecipam votação, mas Oposição ainda teme resistência no PDS

LEITE FILHO
Da Editoria de Política

Malufistas e tancredistas fizeram ontem um acordo para desencalhar o projeto de regulamentação do Colégio Eleitoral, ao antecipar de 4 para 3 de outubro, por cair numa quarta-feira, o dia mais movimentado do Congresso, a votação da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O PMDB e a Frente Liberal propuseram ontem a votação através de acordo, tanto na comissão, como em plenário, mas já alertaram seus governadores de Estado para mobilizar seus parlamentares para a eventualidade de uma resistência dos malufistas.

No PDS, o 1º vice-líder Egidio Ferreira Lima, disse já poder contar com a disposição do líder Nelson Marchezan, que chega da Suíça na próxima segunda-feira, assim como do vice-líder Nilson Gibson, porta-voz dos partidários da candidatura Paulo Maluf.

Alguns peemedebistas acham contudo que os malufistas poderão tentar uma obstrução tática para obter a votação secreta na indicação dos delegados estaduais ao Colégio, para impor a emenda já apresentada pelo deputado Osvaldo Melo (PDS-PA), o relator do projeto, recusada pelos tancredistas.

Para o deputado Amaral Neto, malufista do Rio, seu grupo "não tem muito interesse em apressar regulamentação", opinião partilhada por José Camargo, um ex-andreazzista de São Paulo, que ontem aderiu ao candidato do PDS. Ambos consideram, porém, que qualquer posição a ser adotada pelo grupo terá de levar em conta a atual composição de forças dentro da Câmara.

Os malufistas estão ainda empenhados em tornar sem efeito as indicações já procedidas por 18 Estados, como forma de reverter o quadro atual da disputa pela sucessão, mas estão convencidos de que isto só será possível se a mesa do Senado, que eles dizem controlar, regulamentar o Colégio através de um ato administrativo.

E que as oposições e a Frente Liberal, que alegam ter maioria confortável, tanto na Comissão de Justiça como no plenário da Câmara consideram que as alterações propostas no projeto original aprovado pelo Senado, segundo um acordo dos líderes do PMDB, PTB e PDS, prejudicam o seu candidato.

Para dobrar as oposições, os malufistas poderão se utilizar do recurso da obstrução, mas este seria suplantado por uma maciça convocação da maioria oposicionista, com pelo menos dois resultados negativos para o candidato do PDS.

O primeiro deles é a oposição impor um novo substitutivo ao projeto original, levando em conta única e exclusivamente o seu interesse, o que traria ainda maiores dificuldades ao candidato Paulo Maluf, neste aspecto importante do Colégio, que é a representação estadual.

Por fim, uma votação favorável às oposições, no momento em que a disputa sucessória se encontra numa fase das mais acirradas, poderia refletir-se de forma negativa senão letal para o candidato pedessista, pois seria irremediavelmente interpretada como um vestibular para o Colégio Eleitoral.

Todas estas implicações serão pesadas e medidas por tancredistas e malufistas até a próxima quarta-feira, quando a Comissão de Justiça se reúne para votar o projeto do Colégio, depois de pelo menos cinco tentativas frustradas pela falta de acordo.

Por sua vez, os tancredistas têm interesse em ver definitivamente definidas as regras da eleição presidencial do dia 15 de janeiro de 1985, sobretudo agora, que já absoveram por completo o grupo "Só Diretas".

A indefinição do funcionamento do Colégio já começa a constituir-se em elemento perturbador da candidatura oposicionista, já que poderia sofrer algum abalo inesperado por um recrudescimento da campanha da eleição direta ou algum fator imponderável ditado pela atual instabilidade do quadro político.

Eles pretendem por isso, fazer concessões aos malufistas, como a extensão do prazo final para indicação dos delegados estaduais que, pelo projeto original expiraria agora a 30 de setembro.

O deputado João Gilberto (PMDB-RS), um especialista em legislação, observava, porém, que seu partido não se dispõe a aprovar outra emenda malufista que estabeleça este prazo no período de 20 a 30 de outubro.

Isto nós não podemos aceitar, porque implicaria na anulação das indicações dos delegados de 18 dos 23 Estados. Nós vamos propor uma ligeira modificação nesta emenda para "até 30 de outubro", pois assim resguardaríamos aquelas indicações.

A "malufada" de Tancredo no Congresso

O encontro ocasional com quatro importantes integrantes do staff do deputado Paulo Maluf — o coordenador Calim Eid, o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, o vice-governador da Bahia, Edvaldo Flores, e o deputado Amaral Netto — marcou a presença ontem no Congresso, do candidato da Aliança Democrática à Presidência da República, Tancredo Neves, que foi participar do lançamento de um livro do deputado Paulo Lustosa, da Frente Liberal do Ceará.

Calim Eid foi o último dos malufistas a cruzar com Tancredo nos corredores da Câmara. O encontro foi inevitável e ambos se limitaram a um formal aperto de mão. Tancredo dedicou maior atenção ao deputado Amaral Netto, em quem deu três abraços consecutivos. "Pessoalmente, não tenho nada contra o Tancredo, somos amigos", justificou Amaral. Com Flávio Marcílio, também um cumprimento formal, mas com o vice-governador da Bahia, Tancredo perguntou se tinha saudade de Brasília (Edvaldo Flores foi deputado federal). Na despedida, Edvaldo Flores chamou Tancredo de "presidente".

Ao sair de um almoço com as bancadas do PMDB da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, Tancredo interrogado se alteraria seu roteiro de viagem em função da estratégia de Maluf de viajar pelos Estados, fez o seguinte apelo aos jornalistas:

— Vocês precisam tirar da cabeça que o que o Paulo Maluf faz eu tenho que fazer também. Meu problema é outro, completamente diferente. Nossa linha está traçada. Nós seguiremos o nosso programa. Não tenho nada com os problemas de Paulo Maluf. Vou concentrar minha campanha em Brasília e viajarei pelos Estados para participar dos comícios e sempre que houver necessidade.

Os repórteres perguntaram também a Tancredo sua opinião sobre a disposição de alguns malufistas de pedir a cassação do mandato por infidelidade partidária, dos integrantes da Frente Liberal que estão participando dos comícios de sua campanha:

— Não vejo nenhum fundamento legal nisso. O ato de opção ainda está assegurado no Brasil.

CECE



Tancredo deu três abraços consecutivos em Amaral Netto, que afirmou ser "amigo" do candidato